



Assembléia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTA DA

Publicação de matéria

de 30 laudas.

Em 31/05/12

[Assinatura]

Funcionário

João Lagamenon Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

Assembléia Legislativa

Encaminhe-se à Autógrafa

Em 21/06/12

[Assinatura]
Conceição de Maria Leite Gualão
Chefe do Núcleo Redação de Atas

PROVIDENCIADO

Em 25/06/12

[Assinatura]
Chefe do Setor de Autógrafos

RÚBRICA	FLS Nº
<i>[Assinatura]</i>	<u>320</u>
ANEXOS	NÚMERO
	<u>AL-790/12</u>

Encaminha-se à Comissão
de Const. e Justiça

Em 31/05/12

[Assinatura]
Conceição de Maria Leite Gualão
Chefe da Div. do Apoio Legislativo

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a

[Assinatura]
Kênia Santos E. Carvalho
Diretora Legislativa

26.06.12

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 31 / 5 / 12

PIP Anupia 3

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões

Deputado Antônio
Felix

Relator

Em 31 / 5 / 12

Antônio
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROJETO DE LEI Nº 0115 / 2012

PROCESSO AL 790 / 2012

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FÉLIX

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta Relatoria nos termos formais do Regimento Interno, para o fim de emitir parecer conforme o mesmo diploma legal, a proposição em epígrafe que *Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí e dá outras providências.*

A proposição passa por esta Comissão de Constituição e Justiça, para se verificar sua legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa.

II – PARECER

O objetivo do presente de Projeto de Lei, é a adaptação da lei que institui o Plano de Cargos e Carreiras do Ministério Público.

Em seu teor, o Projeto destaca como principais mudanças a extinção da carreira de auxiliar ministerial, o aumento do tempo exigido para promoção, aumento da frequência das avaliações, vantagens e gratificações.

Vejo ainda, necessidade da tramitação conjugada com o projeto nº 116/12, ou se for o caso até mesmo apensá-los, visto que este trata da instituição da gratificação de atividade de segurança para servir a Assessoria Militar do Ministério Público, cujo calculo de impacto já foi previamente calculado com base nos dois projetos.

Depois de analisada, notadamente a matéria é constitucional e legal, e obedece a boa técnica legislativa, devendo ser aprovada.

III – VOTO DO RELATOR

Segundo as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação desta Comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Face ao exposto e acatada a alteração sugerida, sou **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei, **objeto do Projeto de Lei nº 115/2012 (Processo AL-790 / 2012)**, de autoria do Ministério Público Estadual.

IV – PARECER DA COMISSÃO



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

() Pelo **ACATAMENTO do Voto do Relator**;

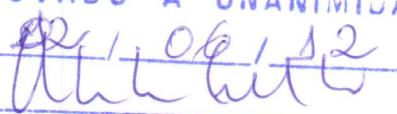
() Pela **REJEIÇÃO do Voto do Relator**;

**Sala das Comissões Técnicas
Assembléia Legislativa do Estado do Piauí**

Teresina (PI), ____ de Junho de 2012


**DEPUTADO ANTONIO FÉLIX
RELATOR**



APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>02/10/12</u>

Presidente da Comissão de
<u>Justiça</u>

